

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	14
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	36
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	37

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.437.216	1.418.978
1.01	Ativo Circulante	80.296	41.437
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.429	3.912
1.01.03	Contas a Receber	18.420	12.526
1.01.03.01	Clientes	550	537
1.01.03.01.01	Concessionárias	550	537
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.870	11.989
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.870	11.989
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.244	24.201
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.244	24.201
1.01.07	Despesas Antecipadas	107	725
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96	73
1.01.08.03	Outros	96	73
1.02	Ativo Não Circulante	1.356.920	1.377.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.762	5.805
1.02.01.03	Contas a Receber	991	620
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	991	620
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.771	5.185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.771	5.185
1.02.03	Imobilizado	1.321.176	1.344.399
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.294.022	1.309.261
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.154	35.138
1.02.04	Intangível	26.982	27.337
1.02.04.01	Intangíveis	26.982	27.337
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público	13.767	14.252
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	589	515
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.626	12.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.437.216	1.418.978
2.01	Passivo Circulante	172.631	177.754
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	983	1.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	139	210
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	844	1.114
2.01.02	Fornecedores	2.319	2.029
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.319	2.029
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.855	34.487
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.816	34.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.885	30.410
2.01.03.01.02	Outros	1.931	4.045
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	39	19
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	13
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.974	100.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.482	66.490
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.482	66.490
2.01.04.02	Debêntures	38.492	33.992
2.01.05	Outras Obrigações	30.338	30.265
2.01.05.02	Outros	30.338	30.265
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.496	26.496
2.01.05.02.04	Uso do Bem Publico	3.561	3.370
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	131	144
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	150	255
2.01.06	Provisões	9.162	9.167
2.01.06.02	Outras Provisões	9.162	9.167
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.162	9.167
2.02	Passivo Não Circulante	186.745	219.866
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	83.911	123.617
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.911	123.617
2.02.02	Outras Obrigações	90.921	82.081
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	53.434	48.909
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	47.966	44.015
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	5.468	4.894
2.02.02.02	Outros	37.487	33.172
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	38	17
2.02.02.02.05	Uso do Bem Publico	37.449	33.155
2.02.04	Provisões	11.913	14.168
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.829	5.449
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.044	1.050
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	267	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.518	4.399
2.02.04.02	Outras Provisões	6.084	8.719
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.084	8.719
2.03	Patrimônio Líquido	1.077.840	1.021.358
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	202.426	202.426
2.03.04.01	Reserva Legal	17.772	17.772
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	90.085
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	56.482	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.126	150.156	47.813	142.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.976	-35.040	-11.678	-34.030
3.03	Resultado Bruto	37.150	115.116	36.135	108.772
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-381	-8.298	-3.401	-10.680
3.04.01	Despesas com Vendas	-51	-83	-151	-205
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206	-7.933	-3.118	-9.679
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-284	-7.841	-3.012	-9.372
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	78	-92	-106	-307
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-124	-282	-132	-796
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.769	106.818	32.734	98.092
3.06	Resultado Financeiro	-5.547	-24.127	-8.057	-26.897
3.06.01	Receitas Financeiras	727	1.103	1.110	1.622
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.274	-25.230	-9.167	-28.519
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.222	82.691	24.677	71.195
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.609	-26.209	-8.410	-23.981
3.08.01	Corrente	-10.127	-28.795	-8.740	-24.784
3.08.02	Diferido	-482	2.586	330	803
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.613	56.482	16.267	47.214
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.613	56.482	16.267	47.214

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.499	106.426
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	149.060	125.622
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.691	71.195
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	9	-1
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	27.496	27.217
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	13.050	134
6.01.01.07	Despesas pagas antecipadamente	607	318
6.01.01.08	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10.461	17.290
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	6.957	-1.541
6.01.01.11	Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	514	885
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária	665	1.171
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	2.205	0
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	-15	44
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	4.420	4.188
6.01.01.20	Outros	0	4.722
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.561	-19.196
6.01.02.01	Concessionárias	-22	13.520
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais	-2.276	-6.166
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.881	0
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-371	446
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	11	0
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-23	-130
6.01.02.07	Fornecedores	290	-2.123
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	3.628	-5.363
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	267	0
6.01.02.10	Obrigações estimadas com pessoal	-341	528
6.01.02.11	Encargos regulamentares e setoriais	23	0
6.01.02.12	Uso do bem público	-2.472	0
6.01.02.13	Provisões	-3.467	-443
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-105	-47
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-24.822	-19.418
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.207	-7.144
6.02.01	Adições ao Tangível e Intangível	-17.207	-7.144
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.775	-50.588
6.03.01	Partes relacionadas	105	-616
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e enc.	-54.880	-49.962
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	41.517	48.694
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.912	6.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.429	54.846

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.482	0	56.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.482	0	56.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	56.482	0	1.077.840

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.215	0	47.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.215	0	47.215
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	804.459	14.473	106.019	105.337	0	1.030.288

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	165.498	157.402
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	165.507	157.402
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.320	-10.135
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-80	-72
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.664	-7.186
7.02.04	Outros	1.424	-2.877
7.02.04.01	Encargos de uso de sistema de transmissão	-962	-905
7.02.04.02	Outros custos operacionais	2.386	-1.972
7.03	Valor Adicionado Bruto	157.178	147.267
7.04	Retenções	-26.410	-27.217
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.410	-27.217
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	130.768	120.050
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.103	1.622
7.06.02	Receitas Financeiras	1.103	1.622
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.871	121.672
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.871	121.672
7.08.01	Pessoal	6.879	5.737
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.341	4.462
7.08.01.02	Benefícios	1.141	954
7.08.01.03	F.G.T.S.	397	321
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.922	39.932
7.08.02.01	Federais	42.787	39.834
7.08.02.02	Estaduais	29	93
7.08.02.03	Municipais	106	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.588	28.789
7.08.03.01	Juros	25.230	28.519
7.08.03.02	Aluguéis	358	270
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.482	47.214
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.482	47.214

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a setembro de 2011

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2011 (*)

(*) São Paulo, 21 de Outubro de 2011 - A Investco S.A. apresenta hoje seus resultados financeiros do terceiro trimestre de 2011. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (**"UHE Lajeado"**), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh. A receita da Companhia é constituída de 1% desse total (reconhecida como venda de energia) e também das receitas provenientes dos contratos de arrendamento.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		set/11	dez/10	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.437.216	1.418.978	1,3%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.077.840	1.021.358	5,5%
Dívida líquida	R\$ mil	136.456	220.187	-38,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,13	0,22	-41,3%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,79	1,30	-39,3%

Resultados		Janeiro a Setembro		Var. %
		2011	2010	
Receita Líquida	R\$ mil	150.156	142.802	5,1%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(42.111)	(43.578)	-3,4%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.227)	(1.132)	8,4%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	106.818	98.092	8,9%
EBITDA	R\$ mil	133.228	125.309	6,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	(24.127)	(26.897)	-10,3%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	82.691	71.195	16,1%
Lucro líquido	R\$ mil	56.482	47.214	19,6%

Margens

Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	88,73%	87,75%	1,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	37,62%	33,06%	13,8%

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.
Período de janeiro a setembro de 2011

DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no terceiro trimestre de 2011 gerou 7,9 GWh, valor superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de 7,1 GWh.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	set/11	set/10	var. %
Receita operacional bruta	165.507	157.402	5,1%
(-) Deduções à receita operacional	(15.351)	(14.600)	5,1%
(=) Receita operacional líquida	150.156	142.802	5,1%
Gastos não gerenciáveis	(1.227)	(1.132)	8,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(80)	(72)	11,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(962)	(905)	6,3%
Outros gastos não gerenciáveis	(185)	(155)	19,4%
Margem bruta	148.929	141.670	5,1%
Gastos gerenciáveis	(15.701)	(16.361)	-4,0%
Pessoal	(7.938)	(6.851)	15,9%
Materiais e serviços de terceiros	(9.663)	(7.187)	34,5%
Arrendamentos e aluguéis	(359)	(270)	33,0%
Provisões e contingências	(89)	(640)	-86,1%
Outros gastos gerenciáveis	2.348	(1.413)	-266,2%
EBITDA	133.228	125.309	6,3%
Depreciação e amortização	(26.410)	(27.217)	-3,0%
Resultado financeiro	(24.127)	(26.897)	-10,3%
Imposto de renda e contribuição social	(26.209)	(23.981)	9,3%
Lucro líquido	56.482	47.214	19,6%

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 150 milhões no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 apresentando um acréscimo de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo verificado de R\$ 7,3 milhões é proveniente dos efeitos do contrato de arrendamento.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a setembro de 2011

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 1,2 milhão no trimestre findo em 30 de setembro de 2011, superior em 8,4% a R\$ 1,1 milhão verificado no mesmo período do ano anterior, em virtude do aumento de R\$ 57 mil em encargos de uso da rede elétrica e R\$ 30 mil em compensação financeira na utilização de recursos hídricos.

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, reduziram no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 em R\$ 660 mil, correspondente a uma redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, esta redução tem como principal impacto a implantação do almoxarifado, reduzindo a despesa em R\$ 3,7 milhões na linha de outros gastos gerenciáveis, além disso, de acordo com a Resolução Nº 334/08 aprovada pela ANEEL, a Investco passou a receber repasse de serviços/colaboradores alocados pela EDP aumentando sua despesa. Já a variação de R\$ 551 mil em provisões e contingências é devido à redução de 167 processos em andamento quando comparado ao terceiro trimestre de 2010 e com isso a queda de R\$ 441 mil, além de uma variação de R\$ 109 mil em reversão de provisão.

O **EBITDA** do período findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 133 milhões, 6,3% superior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 30 de setembro de 2011, de R\$ 24,1 milhões negativos, apresentou uma variação positiva de R\$ 2,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da redução da variação monetária em R\$ 3,3 milhões e a redução da renda sobre aplicação financeira em R\$ 678 mil.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 56,5 milhões, superior em 19,6% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	set/11	dez/10	var.%
Dívida bruta	181.885	224.099	-18,84%
(-) Disponibilidades	(45.429)	(3.912)	1061,27%
(=) Dívida líquida	136.456	220.187	-38,03%

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a setembro de 2011

Em 30 de setembro de 2011, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 136,5 milhões, representando uma redução de 38,03% em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2010, em função das amortizações dos empréstimos do BNDES.

A dívida em 30 de setembro de 2011 era composta por R\$ 38,5 milhões de debêntures e R\$ 143,4 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES de R\$ 60,3 milhões e ações preferenciais de R\$ 83,1 milhões).

Em 30 de setembro de 2011, a dívida líquida representou 0,79 EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,3 vezes em 30 de setembro de 2010).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Companhia titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 21 de outubro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Estas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas em 3 de março de 2011.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04;
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças Ambientais (Notas 10 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 13 e 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, a descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.1

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 30 de junho de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Outros resultados abrangentes.

o) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente e posteriormente mantido ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

p) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

r) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

s) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

t) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

u) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

v) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2011, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção preliminar dessas normas ou interpretações.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas.

Normas e Interpretações ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único standard a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRSs exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	6.737	3.912
Aplicações financeiras - renda fixa	38.692	
Total	45.429	3.912

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Concessionárias

	Saldo a vencer	PCLD	Saldo líquido em	
			30/09/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	477		477	445
Energia de curto prazo	14		14	41
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	51
Total Circulante	550	-	550	537
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	14	(14)		
Total Não circulante	14	(14)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Rendas a receber

O saldo de R\$17.870 em 30 de setembro de 2011 (R\$11.989 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	30/09/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	15.938	21.514
PIS e COFINS	269	92
PIS e COFINS - COSIT 27		2.086
IRRF sobre aplicações financeiras	37	509
Total	16.244	24.201
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	29.885	30.410
ICMS sobre diferencial de alíquota	39	19
PIS e COFINS	1.705	1.620
ISS		13
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	11	33
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	1	11
IRRF sobre juros s/ capital próprio		2.105
Outros	214	276
Total	31.855	34.487

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos Impostos e contribuições sociais no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Provisão / Constituição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassifica- ção	Transferência	Saldo em 30/09/2011
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.514	1.320	135	15.950	(1.720)		(21.261)	15.938
PIS e COFINS	92	1.198					(1.021)	269
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	110	72		(2.260)		(8)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	509	37					(509)	37
Total	24.201	2.665	207	15.950	(3.980)	-	(22.799)	16.244
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	30.410	29.885		(9.158)		20	(21.272)	29.885
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	92		(72)				39
PIS e COFINS	1.620	15.309		(11.148)	(3.165)		(911)	1.705
ISS	13	134		(147)				
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	33	309		(332)			1	11
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	11	81		(91)				1
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.105			(2.105)				-
Outros	276	40.170		(40.229)			(3)	214
Total	34.487	85.980	-	(63.282)	(3.165)	20	(22.195)	31.855

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2010 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2011.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	30/09/2011			31/12/2010
		IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	4	1	5	
Benefício pós-emprego	267	67	24	91	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.958	490	176	666	
Total diferenças temporárias	2.239	561	201	762	-
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	524	131	47	178	1
Uso do Bem Público - CPC 25	27.243	6.811	2.452	9.263	1.346
Instrumentos financeiros - CPC 39	(7.151)	(1.788)	(644)	(2.432)	3.838
Total diferenças temporárias - RTT		5.154	1.855	7.009	5.185
Total Ativos Diferidos		5.715	2.056	7.771	5.185

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo foi reconhecida integralmente em contrapartida ao resultado do período.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total
1.080	318	318	318	318	954	4.465	7.771

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações contábeis intermediárias. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/09/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
					30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	131	133			1.080	975
	Bandeirante	1/8/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	4	19			30	27
					135	152	-	-	1.110	1.002
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		13.045	7.402			106.544	101.294
	CEB Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.574	3.398			29.190	27.752
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.251	1.189			10.217	9.713
					17.870	11.989	-	-	145.951	138.759
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				85		(687)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8		(62)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	1/4/2009	1/04/2009 a 28/09/2011				12		(115)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.375	4.894	(479)	(278)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				47.954	44.015	(3.925)	(2.805)
					-	-	53.434	48.909	(5.268)	(3.083)
				Total	18.005	12.141	53.434	48.909	141.793	136.679

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos, o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 07 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*, e o segundo contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP Energias do Brasil que é sua Controladora indireta e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta e CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas minoritárias.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3 (*)	7 (**)	5 (***)	15
Remuneração fixa (em R\$)	95.004	237.855	81.000	413.859
Salário ou pró-labore	79.170	175.977	67.500	322.647
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a	20.177	n/a	20.177
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (i)	15.834	41.701	13.500	71.035
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (i)	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	95.004	237.855	81.000	413.859

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 3 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$200, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 7 membros da Diretoria, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(***) Dos 5 membros do Conselho Fiscal, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é até R\$108, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Refere-se a encargos sociais;

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativos ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	7	5
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	6.334	18.107	1.800
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	6.334	8.321	1.800
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	10.556	26.428	1.800

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	30/09/2011	31/12/2010
	991	620
Depósitos judiciais (Nota 18)		
Total	991	620

10 Imobilizado

	30/09/2011				31/12/2010			
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	684.413	(122.008)	562.405	2,00	682.792	(111.733)	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,75	340.614	(76.045)	264.569	3,85	340.221	(70.195)	270.026
Máquinas e equipamentos	6,90	426.474	(109.271)	317.203	6,24	418.969	(101.729)	317.240
Veículos	20,00	902	(844)	58	20,00	903	(783)	120
Móveis e utensílios	10,00	1		1	7,12	1		1
		1.566.922	(308.168)	1.258.754		1.557.404	(284.440)	1.272.964
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,49	45.660	(11.679)	33.981	3,47	45.766	(10.583)	35.183
		45.660	(11.679)	33.981		45.766	(10.583)	35.183
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,98	1.362	(863)	499	9,98	1.277	(790)	487
Veículos	20,00	659	(117)	542	20,00	420	(42)	378
Móveis e utensílios	10,00	539	(293)	246	10,00	505	(256)	249
		2.560	(1.273)	1.287		2.202	(1.088)	1.114
Total do Imobilizado em serviço		1.615.142	(321.120)	1.294.022		1.605.372	(296.111)	1.309.261
Imobilizado em curso								
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		13.315		13.315		13.308		13.308
Outros		13.839		13.839		21.830		21.830
Total do Imobilizado em curso		27.154	-	27.154		35.138	-	35.138
Total Imobilizado		1.642.296	(321.120)	1.321.176		1.640.510	(296.111)	1.344.399

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Aquisições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassifi- cações	Valor líquido 30/09/2011
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518						114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059		2.523	(10.275)	(902)		562.405
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.026		393	(5.850)			264.569
Máquinas e equipamentos	352.910		21.569	(10.555)	(12.130)	(111)	351.683
Veículos	498		239	(137)			600
Móveis e utensílios	250		32	(36)	1		247
Total do imobilizado em serviço	1.309.261	-	24.756	(26.853)	(13.031)	(111)	1.294.022
Imobilizado em curso							
Geração							
Depósitos judiciais	13.308	7					13.315
Outros	21.830	17.140	(24.874)		(257)		13.839
Total do Imobilizado em curso	35.138	17.147	(24.874)	-	(257)	-	27.154
Total do Imobilizado	1.344.399	17.147	(118)	(26.853)	(13.288)	(111)	1.321.176

Para o período findo em 30 de setembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de setembro de 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

	30/09/2011				31/12/2010			
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	899	(572)	327	20,00	779	(452)	327
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.371)	13.767	2,92	20.138	(5.886)	14.252
		21.037	(6.943)	14.094		20.917	(6.338)	14.579
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				
		111	-	111		-	-	-
Administração								
Software	20,00	243	(92)	151	20,00	244	(56)	188
		243	(92)	151		244	(56)	188
Total do Intangível em Serviço		21.391	(7.035)	14.356		21.161	(6.394)	14.767
Intangível em curso								
Geração		12.531		12.531		12.453		12.453
Administração		95		95		117		117
Total do Intangível em Curso		12.626	-	12.626		12.570	-	12.570
Total Intangível		34.017	(7.035)	26.982		33.731	(6.394)	27.337

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transf. intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/09/2011
Intangível em serviço							
Software	515		121	(158)			478
Servidão permanente						111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP (Nota 16)	14.252			(485)			13.767
Intangível em curso	12.570	60	(3)		(1)		12.626
Total Intangível	27.337	60	118	(643)	(1)	111	26.982

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.626, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

12 Fornecedores

	30/09/2011	31/12/2010
CCEE (compra de energia de curto prazo)	6	
Encargos de uso da rede elétrica	147	158
Materiais e serviços	2.166	1.871
Total	2.319	2.029

13 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$5.000;
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensão ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;
- i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provisionados	Custos de transação	Variação monetária	Valor líquido em 30/09/2011
Circulante					
Debêntures	33.992	3.016	21	1.463	38.492
	33.992	3.016	21	1.463	38.492

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição dos empréstimos

		30/09/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
				Não			Não
				circulante			circulante
Moeda nacional	Custo da dívida	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
Ações recebíveis cumulativas	3,0% a.a.		4.014	79.067		4.014	76.861
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI				9	10.000	
Banco da Amazônia	11,5% a.a				4	637	
BNDDES	4,00% a.a. acima da TJLP	239	55.229	4.844	390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.					17	
Total		239	59.243	83.911	403	66.087	123.617

BNDDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDDES, com interveniência dos Acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$ 180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 36.196.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$ 120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 24.116.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em uma única parcela.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em uma única parcela.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos) em 30 de setembro de 2011.

	Tipo de Moeda
Vencimento	Nacional
Circulante	
2011	13.557
2012	45.925
	59.482
Não circulante	
2012	11.020
2013	4.342
2014	3.995
2015	3.675
2016	3.381
2017	3.110
2018	2.861
2019	2.632
Após 2019	48.895
	83.911
Total	143.393

A mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionado	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em 30/09/2011
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.490	(48.747)	(6.133)	5.970	41.911		(9)	59.482
	66.490	(48.747)	(6.133)	5.970	41.911	-	(9)	59.482
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	123.617				(41.911)	2.205		83.911
	123.617	-	-	-	(41.911)	2.205	-	83.911

15

Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26	41		
Pesquisa e desenvolvimento	104	102	38	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1		
Total	131	144	38	17

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 24).

16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.370	33.155
Ajuste a valor presente		(2.294)
Encargos e atualizações monetárias	1.200	8.051
Amortizações	(2.472)	
Transferência para o circulante	1.463	(1.463)
Saldo em 30 de setembro de 2011	3.561	37.449

17 Obrigações estimadas com pessoal

	30/09/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	844	1.114
INSS e FGTS	139	210
Total	983	1.324

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			5.562	5.449
Licenças ambientais	9.162	9.167	6.084	8.719
Total	9.162	9.167	11.646	14.168

18.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
							Depósito Judicial (Nota 9)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Saldo em 30/09/2011	30/09/2011 31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.051	59	(96)	(74)	104	1.044	666 494
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.398	187	(66)	(346)	345	4.518	
Total		5.449	246	(162)	(420)	449	5.562	666 494

18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de setembro de 2011 é de R\$13.315 (R\$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

		Passivo		Ativo	
		Depósito Judicial		Depósito Judicial (Nota 9)	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	324	275	226	83
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	77.007	69.576	38	37
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	770	179		
Total		78.101	70.030	264	120

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2.

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 30 de setembro de 2011 é de R\$61 (R\$6 em 31 de dezembro de 2010). (Nota 9)

18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$15.246 em 30 de setembro de 2011 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

19 Benefícios pós-emprego

19.1 Assistência médica

	Não Circulante
	30/09/2011
Assistência médica e seguro de vida	267
	267

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14/04/2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC nº 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	30/09/2011
	Valor presente das obrigações do plano
Custo do serviço passado	267
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	267
Custo do serviço passado não reconhecido (*)	1.398
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	1.665

(*) Refere-se a benefícios não adquiridos.

A Companhia reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22,5 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. Nesta avaliação, não houve ganhos ou perdas atuariais passíveis de registro.

19.2 Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S/A.

A Companhia contribuiu no período com R\$13, na qualidade de patrocinadora do plano.

Esse plano tem a adesão de 14 colaboradores.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	30/09/2011											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Acionistas	31/12/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro abaixo para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$15.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	68.314
Ajuste de exercícios anteriores	58.122
Lucro líquido ajustado	126.436
Constituição da reserva legal - 5%	(6.322)
	120.114
Destinação do lucro:	
Dividendos	30.029
Dividendos intermediários - JSCP	15.000
Dividendos complementares do exercício	15.029
Constituição da reserva de retenção de lucros	90.085
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,017788
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "A"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "C"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "R"	0,012230

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Reservas de lucros

	30/09/2011	31/12/2010
Reserva legal	17.772	17.772
Reserva de retenção de lucros	90.085	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	202.426	202.426

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

21 Dividendos

	Passivo	
	30/09/2011	31/12/2010
Lajeado Energia S.A.	16.175	16.175
EDP - Energias do Brasil S.A.	508	508
CEB Lajeado S.A.	4.415	4.415
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.545	1.545
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	91	91
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	23
Acionistas não controladores	3.739	3.739
Total	26.496	26.496

22 Receita

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento				
Energia elétrica	33.341	32.772	4.004	3.675
Energia de curto prazo			195	349
Total suprimento	33.341	32.772	4.199	4.024
Arrendamento			160.827	152.903
Outras receitas operacionais			481	475
Sub-total	33.341	32.772	165.507	157.402
(-) Deduções à receita operacional			(15.351)	(14.600)
P&D			(42)	(40)
PIS/COFINS			(15.309)	(14.560)
Receita	33.341	32.772	150.156	142.802

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Gastos operacionais

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro					
	2011					2010
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	80					80
Encargo de uso e conexão	962					962
Taxa de fiscalização					13	13
Compensações financeiras					172	172
	1.042	-	-	-	185	1.227
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.524		4.414		7.938
Material		371		139		510
Serviços de terceiros		3.719		5.434		9.153
Depreciação		25.828		(61)		25.767
Amortização		490		153		643
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			9			9
Provisões para contingências					80	80
Aluguéis e arrendamentos		26		333		359
Outras		40	74	(2.479)	17	(2.348)
	-	33.998	83	7.933	97	42.111
Total	1.042	33.998	83	7.933	282	43.338
						44.710

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

24 Resultado financeiro

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	691	1.369
Atualização monetária depósitos judiciais		10
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	231	57
Outras receitas financeiras	181	186
	1.103	1.622
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(9.001)	(15.008)
Variações monetárias moeda nacional	(2.119)	(5.477)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(449)	(131)
Ajustes a valor presente	88	(2.402)
Atualização monetária contratos de mútuo	(4.404)	(1.832)
Atualização monetária uso do bem público	(9.251)	(3.084)
Outras despesas financeiras	(94)	(585)
	(25.230)	(28.519)
Total	(24.127)	(26.897)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	82.691	71.195	82.691	71.195
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(20.673)	(17.799)	(7.442)	(6.408)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		(13)		(5)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	463	144	167	51
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	920	31	338	
Adicional IR	18	18		
Despesa de IRPJ e CSLL	(19.272)	(17.619)	(6.937)	(6.362)
Alíquota Efetiva	23,31%	24,75%	8,39%	8,94%

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias e consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/09/2011
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.687

27 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008 e Deliberação CVM nº604 de 19 de novembro de 2009 que aprova os CPCs 38, 39 e 40, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projetou os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Concessionárias, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados e Fornecedores. Para Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, o valor contábil diverge do seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	45.429	3.912	45.429	3.912
Concessionárias	550	537	550	537
Rendas a receber	17.870	11.989	17.870	11.989
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.319	2.029	2.319	2.029
Debêntures	38.612	33.992	38.492	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	59.363	65.878	59.482	66.490
Uso do bem público	3.561	3.370	3.561	3.370
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	83.901	122.480	83.911	123.617
Partes relacionadas	53.434	48.909	53.434	48.909
Uso do bem público	37.449	33.155	37.449	33.155
	<u>342.488</u>	<u>326.251</u>	<u>342.497</u>	<u>328.000</u>

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos existem empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos existem passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável. Não houve reclassificação de categoria dos instrumentos financeiros no período.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30/09/2011			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		45.429	45.429
Rendas a receber	17.870		17.870
Concessionárias	550		550
	18.420	45.429	63.849

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	2.319
Debêntures	38.492
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	143.393
Partes relacionadas	53.434
Uso do bem público	41.010
	278.648

31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		3.912	3.912
Rendas a receber	11.989		11.989
Concessionárias	537		537
	12.526	3.912	16.438

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	2.029
Debêntures	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107
Partes relacionadas	48.909
Uso do bem público	36.525
	311.562

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no período.

Mensuração do valor justo		
	Mercados similares	
	30/09/2011	Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	45.429	45.429
	45.429	45.429

27.3

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam, fundamentalmente, riscos atrelados a essas exposições e em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao IGP-M.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribuímos à TJLP e ao IGP-M a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos Financeiros									
Aplicação financeira	CDI	1.629			1.629	2.036	2.444	1.222	815
Passivos Financeiros									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	3.462	39	1	3.502	4.378	5.253	2.627	1.751
Debêntures	SPREAD	259			259	324	389	194	130

Valor de referência

CDI - 12,0%

TJLP - 6,0%

SPREAD - 11,58%

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato está descrita individualmente na nota 14. Até 30 de setembro de 2011 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada à aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	30/09/2011				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vencidos	181.885	97.974	19.357	10.166	54.388
Responsabilidades com locações operacionais	107	107			
Obrigações de compra	10.459	8.503	1.956		
Outros passivos de longo prazo	112.410	3.405	11.189	12.597	85.219
	<u>304.861</u>	<u>109.989</u>	<u>32.502</u>	<u>22.763</u>	<u>139.607</u>

Os compromissos contratuais da Companhia referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromisso necessário para o decurso normal de sua atividade operacional. Mas especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que a Companhia consiga cumprir seus objetivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vencidos, contraídos pela Companhia junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vencidos foram calculados considerando a taxa de juro em vigor à data de encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados a Utilização do Bem Público (Nota 16).

28.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/09/2011
	Valor
Aval de acionista	1.123
Fiança Bancária	395
Fiança Corporativa	120.000
Garantias em recebíveis	60.371
Notas Promissórias	156.000
Penhor de Ações	723.171
	<u>1.061.060</u>

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. No aval, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual o banco, que é o fiador, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer o credor, de uma obrigação assumida, caso o credor não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº. 8.987/95), explicita a possibilidade de as concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega da ações como garantia.

29 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de setembro de 2011 foram de R\$3.225 sendo R\$2.660, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$565 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não divulga projeções empresariais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de outubro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-TO

Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-TO

osane Palharim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado as Informações trimestrais do período encerrado em 30 de setembro de 2011, bem como o Comentário de Desempenho, por unanimidade, manifestamo-nos favoráveis as Demonstrações Financeiras por considerarmos, que as peças refletem a situação econômica e financeira da Companhia.

São Paulo, 21 de outubro de 2011.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram que em 21 de outubro de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 30.09.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia declaram que em 21 de outubro de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 30.09.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica